


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0005080-76.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade**  
 Embargante: **Rubens Massucio Rubinho**  
 Embargado: **Fazenda do Estado de São Paulo**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**
**RELATÓRIO**

RUBIO MASSUCIO RUBINHO opõe embargos à execução fiscal que lhe move o ESTADO DE SÃO PAULO alegando incompetência absoluta deste juízo uma vez que é competente o juízo da falência da PETROFORTE BRASILEIRO DE PETRÓLEO LTDA, tendo em vista que ao embargante, por decisão prolatada no processo falimentar, foram estendidos os efeitos da quebra.

A embargada apresentou impugnação.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da LEF, uma vez que não há a necessidade de produção de outras provas, tratando-se de matéria exclusivamente de direito.

A intempestividade dos embargos, caso existente, foi temporizada pelo juízo às fls. 20, de modo que os embargos serão julgados. Até porque a questão suscitada é de ordem pública e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.

O presente juízo é competente para o processamento da execução fiscal. É que o fato de os efeitos da falência da PETROFORTE BRASILEIRO DE PETRÓLEO LTDA terem sido estendidos ao


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

embargante não tem relação nenhuma a alegação trazida. A falência continua sendo daquela pessoa jurídica. O embargante não é o falido. Inexiste concurso de credores perante o embargante. Inexiste a força atrativa do juízo falimentar. O argumento não encontra amparo legal.

Se não bastasse, a execução da dívida ativa não é sujeita ao concurso de credores, como dispõe os arts. 29 da LEF e 187 do CTN.

Nesse sentido, o STJ: "*Conforme estabelece o art. 29 da Lei de Execuções Fiscais (Lei n. 6.830/80), que segue a determinação do art. 187 do Código Tributário Nacional, a cobrança judicial da dívida da Fazenda Pública não se sujeita à habilitação em falência, submetendo-se apenas à classificação dos créditos. 3. Assim, pode a execução fiscal ajuizada em face da Massa Falida ser processada normalmente no foro onde foi proposta, mesmo que o Juízo Falimentar seja em outra Circunscrição*" (CC 63.919/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2006, DJ 12/02/2007, p. 219)

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, REJEITO os embargos à execução e CONDENO o embargante nas custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 678,00.

P.R.I.

São Carlos, 20 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**